

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.978 - SC (2019/0219434-3)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ALCIDES PRUDENTE DE OLIVEIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : ALTAMIR FRANÇA - SC021986  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ALCIDES PRUDENTE DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4019235-75.2019.8.24.0000).

No presente recurso, busca-se a revogação do decreto de custódia preventiva, mediante imposição de medidas cautelares diversas.

O pleito liminar foi indeferido (e-STJ fl. 172).

Informações prestadas (e-STJ fls. 178/202).

Parecer ministerial pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 204/205).

É, em síntese, o relatório.

Das informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que o recorrente, em 23 de setembro de 2019, foi beneficiado com a concessão da liberdade provisória.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora recorrente o benefício da liberdade provisória, o presente recurso – que objetivava, justamente, a liberdade do recorrente – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

